

A UFRJ E O 7 DE SETEMBRO: OS USOS POLÍTICOS DO PASSADO

Andréa Cristina De Barros Queiroz*

Desde a sua criação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) dialoga com a efeméride da Independência do Brasil, pois a instituição foi forjada no dia 7 de setembro de 1920, como Universidade do Rio de Janeiro (URJ). Ao desenvolver esta pesquisa sobre a sua memória institucional nos deparamos com algumas disputas de memória em torno, sobretudo, de suas comemorações e os usos políticos que são feitos dessas celebrações que se coadunam com uma importante data para a história nacional. A própria escolha da data oficial para a criação da Universidade, e por conseguinte, as suas comemorações sempre remontam ao uso político do passado nacional. Além da data, alguns de seus lugares de memória estão atrelados ao contexto das efemérides da Independência, como o antigo Hotel 7 de Setembro, criado para a comemoração do centenário da Independência para abrigar as autoridades que vieram para as celebrações, e passou a pertencer a Universidade, onde hoje funciona o Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ (CBAE); e a Cidade Universitária que foi “reinaugurada” politicamente pelo general presidente Emílio Garrastazu Médici, durante o Sesquicentenário da Independência, em 7 de setembro de 1972, se apropriando do contexto da ditadura civil-militar, da dupla efeméride (da instituição e da nação) e do espaço de memória para a Universidade, para promover além do uso político das comemorações, a disseminação da política pública do regime autoritário que atrelava Educação ao Civismo. Enfim, são muitas as apropriações do 7 de setembro para a UFRJ, e compreender tais comemorações, é também analisar a construção das memórias sobre a instituição e sobre a história nacional.

E com a intenção de compreender o significado histórico e os usos políticos dessa efeméride nacional para a instituição que propus, como curadora, a exposição “A UFRJ e o 7 de setembro: os usos políticos do passado”³⁸, com o mesmo nome deste artigo, que foi inaugurada

* Historiadora, diretora da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro e pós-doutoranda em História Social no PPGHIS/UFRJ.

³⁸ Disponível em: <https://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/exposicoes/ano-2022/a-ufrj-e-o-7-de-setembro> Acesso em: 8 jan. 2023. Para a organização e montagem dessa exposição contei com o trabalho da equipe de pesquisa

virtualmente na página da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação (DMI/SiBI) da UFRJ em setembro de 2022, a fim de se comemorar o Bicentenário da Independência do Brasil.

Figura 4 - Cartaz da Exposição “a UFRJ e 7 de setembro: os usos políticos do passado”, 2022.



O cartaz desta Exposição foi construído a partir das fontes históricas existentes nos lugares de memória da UFRJ que possuem relação direta com o contexto das comemorações da Independência do Brasil e/ou do aniversário da instituição. O prédio apresentado à esquerda refere-se ao antigo Hotel 7 de setembro, no canto superior direito o selo comemorativo do centenário da UFRJ (celebrado em 7 de setembro de 2020) para além dos 100 anos e, por fim, no canto inferior direito, foi ressaltada a capa do livro comemorativo do aniversário da UFRJ no contexto do Sesquicentenário da Independência, em 1972. A Exposição foi dividida em três efemérides comemorativas: o centenário da Independência do Brasil, incluindo a criação da Universidade do Rio de Janeiro que deu origem à UFRJ; o Sesquicentenário; e o Bicentenário e como estas celebrações se relacionaram com a Universidade.

As comemorações da Independência do Brasil

Ao promovermos comemorações de alguma efeméride, há sempre a intenção de nos reconectarmos com os acontecimentos passados, sob a perspectiva de uma memória coletiva, a

dos servidores da Divisão de Memória Institucional/SiBI/UFRJ: Algacilda Alves da Conceição (Bibliotecária), Juliano Leal Camargo (Bibliotecário) e Moana Campos Soto (Museóloga) e dos bolsistas de Iniciação Científica sob a minha orientação: Fernanda Wanderley Paes (História), Lucas Barroso Rego (História) e Tássia da Silva Freitas (História).

partir dos interesses de indivíduos, grupos sociais ou instituições no tempo presente. Estas comemorações estão atreladas muitas vezes aos usos políticos que se querem imprimir sobre determinadas datas tidas como oficiais ou a sacralização destas, a fim de estabelecerem tradições ou um passado comum à Nação. Como destacou Catroga (2001) toda comemoração pressupõe decisões acerca do que lembrar e do que esquecer, e tais decisões são tomadas por indivíduos ou por grupos sociais no tempo presente em que a comemoração é realizada.

Foi sob esta égide, para tentar forjar um passado comum para a Nação que o 7 de setembro de 1822 tornou-se a data que representaria a emancipação política do Brasil em relação a Portugal. Apesar de sabermos que historicamente em outras regiões do país diferentes datas também são celebradas, como na Bahia, em que o conflito de emancipação se estendeu até 2 de julho de 1823, sendo esta, portando, a data comemorada pelo povo baiano para a Independência. Lembramos que a data do 7 de setembro apenas se tornou feriado nacional, com a lei n. 662, de 6 de abril de 1946, após a ditadura do Estado Novo (1937-1945), ou seja, muito tempo depois inclusive da data de criação da Universidade do Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1920.

Para os historiadores, essas comemorações são fontes para pensar a memória coletiva, a invenção das tradições, a construção das nações e a contestação política manifestada nas polêmicas suscitadas por elas. Foram e são incentivos à produção de novos estudos históricos, sejam ufanistas, sejam polêmicos e críticos. Às vezes, abriram espaço para historiadores intervirem em debates públicos. (KRAAY; MALERBA, 2010)

Quando o Império do Brasil, comemorou o primeiro cinquentenário da Independência, em 7 de setembro de 1872, foi inaugurada a estátua de José Bonifácio de Andrada e Silva, considerado patrono da Independência, no Largo de São Francisco, centro do Rio de Janeiro, capital do Império, em frente ao prédio que abrigaria a antiga Escola Politécnica, um dos cursos fundadores da Universidade do Rio de Janeiro. Ressaltamos que no referido prédio atualmente funciona o Instituto de Filosofia e Ciências e Sociais (IFCS) e Instituto de História (IH) da UFRJ.

De acordo com Marly Motta (1992, p. 13), garantir a legitimidade do 7 de setembro como símbolo da Pátria no regime republicano brasileiro esbarrava na tradição imperial de comemorar a data como a grande festa da nacionalidade, da referência da emancipação política e liberdade, associada à dinastia de Bragança. Portanto, era preciso inventar novas tradições mais adequadas aos tempos republicanos.

O processo de construção de uma nação republicana em fins do século XIX exigia, pois, a formulação de um passado que sacralizasse essa nação e seus lugares de identificação - os "lugares de memória" -, marcando um espaço simbólico nacional-republicano. Heróis

como Tiradentes, símbolos como a bandeira, o hino nacional e celebrações do calendário cívico, foram articulados nos primeiros anos da República anos de invenção de tradições. (MOTTA, 1992, p. 13)

Foi neste contexto republicano de invenção de novas tradições e comemorações que, em 7 de setembro de 1922, foi realizada a Exposição Internacional para celebrar o Centenário da Independência. A intenção era promover um grande evento de comemoração nacional mas com uma projeção internacional assim foi organizada a Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil, no Rio de Janeiro, capital da República, para servir de vitrine do Brasil ao mundo. Para Motta (1992, p.14), a ideia de apresentar ao mundo uma Nação moderna, respeitada entre as demais, com laços diplomáticos que se estendiam por todo o globo e integrada aos progressos e tecnologias de sua época norteou as festas do Centenário, em 1922.

Com uma expressiva verba de cerca de 100 mil contos de réis, o presidente Epitácio Pessoa não poupou esforços para fazer da exposição um sucesso. Expressões culturais de sua época, as Exposições Universais, ou Feiras Mundiais serviam para fomentar a integração, o intercâmbio cultural, as relações comerciais entre as nações e apresentar os avanços tecnológicos do período; além de ajudar a promover a imagem internacional dos países que as sediavam. (MOTTA, s/d.)

Enfim, ao unir a comemoração do centenário à grande exposição e torná-la internacional, o governo fez do evento e de toda a estrutura montada para instalação dos pavilhões um legado de sua administração, como ressaltou Motta (1992, p.13). Lembramos que onde funcionaram as estruturas de alguns dos pavilhões hoje se encontram o Museu Histórico Nacional, o Museu da Imagem e do Som, a Academia Brasileira de Letras e o Centro Cultural da Saúde.

A organização da Exposição Internacional foi realizada por diversas Comissões. A propósito o ex-reitor da UFRJ, Pedro Calmon Moniz de Bittencourt (que foi gestor da universidade em dois mandatos de 1948 a 1950 e de 1951 a 1966) participou como secretário de uma dessas Comissões quando ainda era estudante da Faculdade de Direito da então Universidade do Rio de Janeiro.

Destacamos que o Decreto n. 4.175, de 11 de novembro de 1920, regulamentou a realização da exposição dentro do programa de comemorações do Centenário da Independência. E com o Decreto n. 15.066, de 24 de outubro de 1921, foi proposto que, além da exposição, se realizasse diversas conferências e a publicação de dicionários, mapas e livros comemorativos.

No Sesquicentenário da Independência, em 7 de setembro de 1972, no contexto da ditadura civil-militar (1964-1985), foi organizada uma grande festa cívico-militar, coordenada pelo

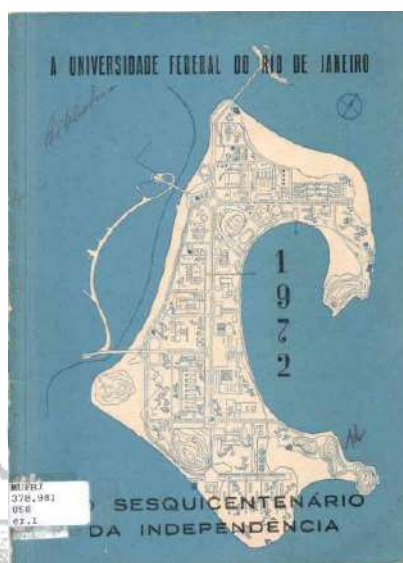
então general presidente Emílio Garrastazu Médici e uma Comissão Executiva Central (CEC) em que as comemorações se pautaram em um grande apelo ufanista e de militarização da vida social.

Segundo Cordeiro (2012, p.17), ao realizar as comemorações dos cento e cinquenta anos da Independência, Médici promovia a ideia de que o país não seria mais o país do futuro, já que para o general presidente este futuro havia chegado com os governos militares, sobretudo, em seu governo, e isso precisaria ser mostrado numa grande festa cívico-militar. Houve um apelo nacional para as celebrações acontecessem de norte a sul do país. Os restos mortais de Dom Pedro I foram trazidos para o Brasil, num acordo entre o governo militar brasileiro e o governo militar português, para serem enterrados na cripta do Monumento à Independência, no Museu do Ipiranga em São Paulo, mas antes disso os despojos passaram em peregrinação por todas as capitais num programa de comemorações que tomaram o país.

Além de exaltar a figura de “heróis da Pátria” como Tiradentes e Dom Pedro I, houve também o incentivo e promoção de outros eventos, como: a edição e reedição de livros comemorativos ou que tematizassem sobre os personagens históricos do processo de Independência; realização de congressos; mobilização de escolas e universidades; promoção de músicas compostas para as celebrações e competições esportivas.

Neste contexto, podemos citar algumas obras raras que compõem o acervo das Bibliotecas da UFRJ, que fizeram parte da nossa Exposição sobre os usos políticos do 7 de setembro na Universidade, e que possuem o selo de celebração do Sesquicentenário da Independência do Brasil, incluindo, a produção da instituição intitulada: “A Universidade Federal do Rio de Janeiro no Sesquicentenário de Independência - 1972”.

Figura 5 - capa do livro “A Universidade Federal do Rio de Janeiro no Sesquicentenário de Independência - 1972”



Acervo da Biblioteca Pedro Calmon, FCC/UFRJ.

Percebemos que na capa do mencionado livro foi destacada a imagem da Cidade Universitária da UFRJ, que durante as mencionadas celebrações, foi (re)inaugurada politicamente junto da festa dos cento e cinquenta anos da Pátria, como se a Cidade Universitária da UFRJ fosse um legado do governo Médici. Adiante farei uma análise sobre esta questão.

As comemorações do Bicentenário da Independência do Brasil realizadas pelo governo federal foram permeadas por lembranças requentadas do contexto ditatorial brasileiro (1964-1985), demonstrando uma ode ao passado conservador e autoritário, assim como o governo que o representava. No 7 de setembro de 2022, em vez de celebrar a Pátria e a sua história, a festa se tornou palco para um comício político pela candidatura à reeleição do então presidente Jair Messias Bolsonaro.

Durante as comemorações bicentenárias, o discurso presidencial tratou mais de si e de seu governo do que da história do país, ou do processo de Independência, discursando apenas para o seu eleitorado entoando tanto falas pejorativas com conotações sexuais ou da intimidade do presidente quanto falas que exaltavam posturas da extrema-direita conservadora brasileira, como foi noticiado por diversos veículos de comunicação no Brasil e no mundo. No evento/comício ocorridos na capital federal e no Rio de Janeiro não houve a participação de representantes de outros poderes da República, apenas oficiais das Forças Armadas. Enfim, Bolsonaro sequestrou a festa da Independência para si. Além disso, o presidente não compareceu à solenidade oficial realizada pelo Congresso Nacional em homenagem ao

bicentenário, no dia seguinte aos eventos em Brasília e no Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que alguns partidos da oposição denunciaram a confusão entre a campanha de Bolsonaro e o evento oficial à Justiça Eleitoral, e os ministros do Supremo Tribunal Eleitoral proibiram o presidente de usar as imagens do evento em sua campanha. Eles entenderam que Bolsonaro deveria estar lá como chefe de Estado, não como candidato, e que isso feria os princípios de isonomia.

Além de tudo isso, numa alusão à comemoração do Sesquicentenário realizada durante a ditadura civil-militar, o governo de Bolsonaro trouxe para o Brasil o coração de Dom Pedro I, que fora preservado em um frasco e mantido em uma igreja na cidade do Porto, Portugal, conforme os desejos do falecido monarca. Ao analisar esta ação de Bolsonaro, Lília Schwarcz (2022), destacou que o presidente tentava sequestrar o significado da festa para si, ou seja, “se D. Pedro rompeu com o seu pai (a pátria) para garantir a soberania dos seus e da sua geração, então ele [Bolsonaro] – que gosta muito de ser chamado de mito – é uma espécie de D. Pedro upload para 2022”. Para Schwarcz (2022),

a celebração parecia nostálgica de um passado nem sempre narrado com precisão e esvaziado de conteúdo relacionado aos próprios cidadãos. A coincidência dos 200 anos da Independência com o período das eleições é terrível para a República, sobretudo sob o jugo, sob o mando de um governo retrógrado e pretensamente populista e nacionalista. (...) São duas datas capitais numa República: a celebração de sua formação enquanto nação soberana e o momento quando o povo pratica sua soberania diante da República.

Como destacou a historiadora e antropóloga, a data da Independência sempre foi um grande momento de celebração da liberdade da sociedade brasileira. Desde o início do período republicano a data foi sendo convertida numa festa civil, de celebração da História da Pátria. Contudo, a partir de 1972, como vimos, as comemorações da Independência foram sequestradas pelos militares. Transformaram a figura de Dom Pedro numa espécie de general que combatia pela soberania, quando na verdade, nunca se tratou disso, enfatizou Schwarcz (2022). Lembramos que no período da ditadura civil-militar, Médici trouxe para o país os ossos de Dom Pedro I, para serem enterrados no Brasil, numa perspectiva da necropolítica dos governos militares, já que naquele mesmo momento a ditadura estava torturando e matando os opositores do regime. Em 2022, na festa do bicentenário, que marcaria o primeiro grande evento nacional, após o país e o mundo terem sido assolados pela pandemia de COVID-19, do grande isolamento social imposto por questões sanitárias e da gestão do Presidente Bolsonaro ter negligenciado à ciência e às ações para combater o vírus e à assistência à população levando a uma grande taxa de mortalidade, a comemoração da Independência se coadunou com toda necropolítica governamental e os cerca de 700 mil mortos pela doença que ele tentava menosprezar diariamente. Segundo Castilho e

Lemos (2021), a necropolítica de Bolsonaro utilizou o Estado para subjugar qualquer possibilidade de vida ao poder da morte. Para as autoras, a opção pela violência e morte no governo Bolsonaro foi incorporada aos processos institucionais, numa espécie de “industrialização da morte”, como foi presenciado sobretudo durante a pandemia, mas não apenas.

Enfim, em clara alusão, Bolsonaro trouxe emprestado o coração de Dom Pedro para ser exposto a fim de fazer parte da festa. A intenção era a de se auto-promover, como também a de se afastar das acusações de corrupção e da crise econômica que assolavam o seu governo, a de exaltar o passado autoritário dialogando diretamente com o seu eleitorado fiel e nostálgico pela ditadura e, por fim, fazer campanha para a sua reeleição.

O 7 de setembro de 1920 e a criação da URJ

A Universidade do Rio de Janeiro (URJ), que deu origem à UFRJ, foi criada a partir da reunião da Escola Politécnica, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Faculdade de Direito pelo Decreto nº 14.343, no dia 07 de setembro de 1920, no governo de Epitácio Pessoa (1912-1922). A criação da URJ interage diretamente com o contexto brasileiro da década de 1920, quando uma série de movimentos sociais, culturais e políticos contribuíram para modificar a arte, a educação, as ciências produzidas no país. Além do próprio Centenário da Independência do país comemorado, em 1922, também no governo de Epitácio Pessoa, com a criação de uma série de comissões com a participação de professores da Universidade e de personalizadas artísticas e políticas na organização dos eventos comemorativos, com a presença de autoridades internacionais, realizados na cidade do Rio de Janeiro, então capital federal da República.

É importante destacar que somente no contexto republicano que a primeira universidade pública do país foi criada. Embora desde o Império, outras tentativas de criação de universidades se fizeram, mas todas sem êxito. Após a Proclamação da República, houve também outras tentativas que não se concretizaram. Cabe lembrar que, na Constituição de 1891, o ensino superior foi mantido como atribuição do Poder Central, mas não exclusivamente. Outro ponto a ser ressaltado é a “influência positivista na política educacional, marcada pela atuação de Benjamin Constant” (CUNHA, 2007, p.132). Os positivistas destacaram-se na tarefa de inventar novas tradições e organizar os símbolos da nacionalidade, como ressaltou Motta (1992, p.13), detentores de uma metodologia científica, conduziram um intenso trabalho de reconstrução da memória nacional, que procurava situar a República na nacionalidade.

Para Fávero (2010, p.37), apesar de todos os problemas e incongruências existentes em torno da criação dessa instituição, a criação da Universidade do Rio de Janeiro teve o mérito de reavivar e intensificar o debate em torno do problema universitário no país, desencadeado nos anos 1920, graças, sobretudo, à Associação Brasileira de Educação e à Academia Brasileira de Ciências.

Lembramos que em 1922, além do contexto do Centenário da Independência do Brasil, houve a realização da Semana de Arte Moderna promovida em São Paulo que rompeu com os cânones do academicismo das artes plásticas, da literatura e da música produzidas no Brasil, influenciando outros movimentos sócio-culturais pelo país. No mesmo ano, foi criada a Academia Brasileira de Ciências (ABC), que descendeu da Sociedade Brasileira de Ciência, de 1916; e em 1924, foi instituída a Associação Brasileira de Educação (ABE).

Em 23 de dezembro de 1920, foi aprovado o primeiro Regimento da URJ, em que seu primeiro artigo já priorizava o estímulo à cultura das ciências e o estreitamento dos laços de solidariedade intelectual, moral e o aperfeiçoamento dos métodos de ensino entre os professores. Contudo, a URJ só se apresentava como Universidade apenas na denominação, já que na prática as suas escolas encontravam-se dispersas espacialmente e funcionavam independentes uma das outras, não estabelecendo sequer relações orgânicas. Nem havia a dimensão da pesquisa associada ao ensino, muito menos à extensão como temos hoje.

Por tudo o que foi apresentado, decidimos abrir a Exposição “A UFRJ e o 7 de setembro: os usos políticos do passado”, com uma reflexão sobre a criação da URJ no contexto sócio-político-cultural da década de 1920, sobretudo, na capital federal, no Rio de Janeiro. E neste mesmo ambiente inicial dialogamos com os usos político-sociais de um dos lugares de memória da instituição utilizado como representação do centenário de Independência do Brasil, em 1922, ou seja, o prédio do Hotel 7 de Setembro, que analisarei a seguir.

Enfim, utilizamos como fonte de pesquisa para compor esta Exposição os acervos existentes nas Bibliotecas da UFRJ, nos arquivos da Universidade, em notícias de jornais encontrados na hemeroteca da Fundação Biblioteca Nacional e em acervos audiovisuais dos canais das unidades da instituição nas mídias sociais.

Os usos político-culturais do Hotel 7 de setembro

O Hotel 7 de Setembro foi construído, em 1922, para hospedar as autoridades e personalidades que vieram para a capital da República, para a Exposição Internacional do Centenário da Independência. É um edifício de estilo eclético, localizado na Avenida Rui Barbosa, 762, no bairro do Flamengo, no Rio de Janeiro.

Ele funcionou como hotel em um curto período. Tanto que em 1926, tornou-se o Internato da Escola de Enfermagem Anna Nery (EEAN) da Universidade do Rio de Janeiro. O imóvel foi desocupado e a partir de 1973, tornou-se a Casa do Estudante Universitário (CEU), durante a ditadura civil-militar, quando abrigou várias manifestações de resistência ao regime autoritário até a redemocratização. Sendo tombado pelo INEPAC em 1989, pelo seu valor histórico e patrimonial.

Somente em 1995, devido ao estado de degradação avançada, a UFRJ retomou a posse do imóvel, iniciando um longo processo de restauração do patrimônio. Em 2009, foi no contexto de recuperação do prédio pela Universidade, que o Colégio Brasileiro de Altos Estudos (CBAE) da UFRJ, criado em 12 de agosto de 2004, foi instalado em suas dependências.

Embora o imóvel tenha passado por algumas obras, a escassez de recursos inviabilizou a sua plena revitalização. Dessa forma, com o intuito de obter verba para recuperação do patrimônio, durante o mês de outubro de 2012, o prédio abrigou a 22ª edição da Casa Cor, um evento privado que realizou várias mostras de decoração com renomados arquitetos e paisagistas, e trouxe como contrapartida a recuperação da parte hidráulica e sanitária além de uma grande faxina que incluiu pintura nas paredes e a reforma de banheiros e piso.

O Sesquicentenário da Independência na UFRJ

Durante a ditadura civil-militar (1964-1985), no contexto das comemorações do Sesquicentenário da Independência, em 07 de setembro de 1972, foi realizada uma (re)inauguração da Cidade Universitária da UFRJ, pelo general presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), que também se apropriou da dupla efeméride e do espaço de memória para a Universidade, a fim de promover o uso político das comemorações dos 150 anos da Independência e os 52 anos da UFRJ com a entrega simbólica da retomada das obras da Cidade Universitária para a sociedade e para a instituição, como um grande legado de seu governo. Como pode ser observado em seu discurso na cerimônia de (re)inauguração, que foi amplamente divulgada pela imprensa. O discurso pode ser consultado na Biblioteca Pedro Calmon da UFRJ

e foi destacado na referida exposição realizada pela Divisão de Memória Institucional/SIBI/UFRJ.

Estava ainda no começo o atual período governamental, quando determinei se retomassem imediatamente as obras da Cidade Universitária, na Ilha do Fundão, para que esse projeto, na sua primeira etapa, se ultimasse até o Sesquicentenário da Independência. Providenciados, ato contínuo, os recursos financeiros, instituídos os órgãos de coordenação dos trabalhos, estes se desenvolveram segundo os cronogramas estabelecidos, sob a supervisão vigilante, quer das autoridades universitárias, quer do Ministro da Educação e Cultura, quer da própria Presidência da República. [...] Dentro da Semana da Independência, data para isso estipulada há mais de dois anos e meio, transforma-se, desta maneira, pela eficácia da ação administrativa, em promissora realidade, transcendente deliberação que se insere, de modo eminente, no quadro das providências articuladas para democratizar o ensino e assegurar a todos, nos termos constitucionais, o direito à educação. (MÉDICI, 1972).

É importante ressaltar que a Cidade Universitária da então Universidade do Brasil (UB)³⁹ tem a sua origem ligada ao ideal de Universidade grande e exemplar para a Nação respaldada pelo projeto político-educacional do governo de Getúlio Vargas durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), contudo, a mesma foi apenas inaugurada em 1º de outubro de 1953, em seu segundo governo, com o prédio do Instituto de Puericultura e Pediatria Martagão Gesteira (IPPMG), uma obra modernista, com a assinatura premiada do paisagista Roberto Burle Marx e do arquiteto Jorge Machado Moreira. Dessa forma, a Cidade Universitária da UFRJ não é um projeto da ditadura civil-militar (1964-1985), e sim uma apropriação do projeto Varguista durante a ditadura do Estado Novo.

De acordo com Queiroz (2021, p.191), foi no contexto da ditadura civil-militar, durante a gestão do Reitor Djacir Menezes que o general presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), no âmbito das comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil, em 07 de setembro de 1972, realizou a solenidade de retomada das obras da Cidade Universitária e de sua (re)inauguração. Em virtude desta celebração, Djacir Menezes destacou o seu apoio e o da Universidade ao governo militar:

Não podia a Universidade calar, nesta hora e nesta Semana Cívica, sua gratidão ao Presidente que, no limiar de seu governo, decidiu, entre as grandes tarefas que se atulhavam, a realização do campus que agora se inaugura. E a decisão memorável na história da educação superior do país revela inspiração da mais íntima sintonia com a significação do ano remoto que marcou o madrugado de uma pátria. [...] E é traduzindo o sentimento do nosso mais alto Colegiado, que é o Conselho Universitário, que agradeço àquele que deu o impulso às obras paralisadas e abriu perspectivas de estudo e trabalho a professores e alunos, nessa atmosfera onde se configura o ideal científico e ético da nacionalidade. Exprimo aqui a gratidão e a lealdade para com um Presidente que, em

³⁹ Com a promulgação da Lei 452, de 05 de julho de 1937, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ) foi reorganizada e transformada em Universidade do Brasil (UB).

meio às sugestões contrárias teve a visão nítida do grande objetivo [...]. (MENEZES, 1972)

Cabe ressaltar que estes discursos foram extraídos do livro comemorativo do aniversário da Universidade em 1972, que foi apresentado na figura 2 deste texto, e que se voltou para a temática do Sesquicentenário da Independência e do feito do presidente militar quanto do reitor com relação à retomada das obras na Cidade Universitária da UFRJ, tendo a própria representada na capa do livro.

Destacamos que neste ano de 1972, o Conselho Universitário da UFRJ concedeu ao presidente Médici o título de *Doutor Honoris Causa* em reconhecimento ao investimento empregado por ele na modernização da Universidade, sobretudo, com a retomada das obras na UFRJ. A concessão desse título nos mostra não apenas as relações estabelecidas entre a gestão da Universidade com a ditadura, mas também os impactos dessa comemoração para a memória da instituição. A apropriação da data de 07 de setembro para celebrar a (re)inauguração da Cidade Universitária, na verdade interage com uma tripla comemoração – a da criação da UFRJ; os 150 anos da Independência do Brasil e a da Cidade Universitária (que na verdade foi inaugurada em 1º de outubro de 1953 como demonstramos).

A UFRJ e o Bicentenário da Independência

Para pensar sobre o papel da Universidade Federal do Rio de Janeiro no 7 de setembro de 2022, em que comemoramos os 200 anos da Independência do Brasil e os 102 anos da instituição, buscamos, sobretudo, refletir sobre a importância da Universidade como um espaço de ciência e sociabilidade, de produção de saberes e cultura, de valorização profissional qualificada e de qualidade para a nossa sociedade. Trouxemos para a citada exposição uma amostra do que foi o trabalho da UFRJ e de seu corpo social no empenho em realizar e divulgar novas pesquisas, atender aos doentes em seus hospitais universitários, e produzir conhecimento científico no combate à pandemia de COVID-19, que assolou o mundo e nos colocou em isolamento social no ano da celebração de seu centenário, em 7 de setembro de 2020.

Portanto, demonstramos a experiência do trabalho remoto em que muitos servidores e discentes de nossa instituição tiveram que se adaptar e continuar produzindo e compartilhando conhecimento a partir do ambiente caseiro, para que a Universidade não interrompesse as suas atividades, assim como o mundo inteiro o fez. Neste contexto, destacamos o vídeo em

comemoração ao centenário da UFRJ, balizado entre duas pandemias durante este primeiro século de existência.

Seguimos refletindo, ainda no modelo remoto, no ano de 2021, de qual seria o papel da Universidade nos próximos cem anos atrelando às discussões sobre o bicentenário da Independência com a participação de dois professores Eméritos da instituição, a professora Marieta de Moraes Ferreira e o professor José Murilo de Carvalho, ambos historiadores do Instituto de História da UFRJ, com a participação também da historiadora portuguesa e professora Emérita da Universidade de Lisboa Miriam Hapern Pereira e do historiador inglês e professor Emérito das Universidades de Londres e Oxford Leslie Bethell.

Seguimos ressaltando o papel da Universidade em produzir pesquisas em seus laboratórios e em seus Programas de Pós-graduação, realizadas ainda no ambiente virtual, assim como a própria Exposição que foi inaugurada virtualmente, mas não somente pelo contexto pandêmico, mas porque o governo do então presidente Bolsonaro fez uma série de cortes orçamentários destinados às Universidades e Institutos Federais refletindo diretamente na vida acadêmica.

Por fim, destacamos na exposição dois documentos-monumentos que pertencem à UFRJ que tiveram uma importante contribuição da sociedade e o aporte de instituições de financiamento e pesquisa para o seu restauro e revitalização, sendo entregues novamente ao povo brasileiro como patrimônio nacional e um grande legado da UFRJ para a Nação. Assim, apresentamos as reportagens sobre a finalização da primeira parte das obras de recuperação do Museu Nacional da UFRJ após quatro anos de seu incêndio e o restauro das partituras históricas dos Hinos: Nacional; da Independência; e da Bandeira que pertencem à Biblioteca de Obras Raras da Escola de Música da UFRJ. E encerramos a exposição com um convite para o evento “Bicentenário da Independência: 1822-2022 rumos do Brasil”, organizado pelo Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, entre os dias 15 e 21 de setembro de 2022, no auditório Pedro Calmon.

Referências

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na seguridade social brasileira. *Revista katálysis*. Santa Catarina: Programa de Pós-graduação em Serviço Social / UFSC, maio/Ago. 2021, n. 24, v. 2. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75361>. Acesso em: 13 jan. 2023.

CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Quarteto, 2001.

CORDEIRO, Janaína Martins. *Lembrar o passado, festejar o presente: as comemorações do Sesquicentenário da Independência entre consenso e consentimento* (1972). Tese (Doutorado em História) Niterói: PPGH/UFF, 2012.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era Vargas*. 3ª ed. São Paulo: UNESP, 2007.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *Universidade do Brasil: das origens à construção*. 2ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

KRAAY, Hendrik; MALERBA Jurandir. Festejar e repensar a Independência. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. 36, n. 2, p. 366-373, jul./dez. 2010.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992.

MOTTA, Marly Silva da. *Exposição Internacional do Centenário da Independência do Brasil. Atlas Histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, s/d. Disponível em: https://atlas.fgv.br/ver_jan_betes/exposicao-internacional-do-centenario-da-independencia-do-brasil. Acesso em: 08 jan. 2023.

MÉDICI, Emílio Garrastazu. *Discurso*. 07/09/1972. Disponível em: <http://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/acervos/discursos/emilio-garrastazu-medici>. Acesso: 08 jan. 2023.

MENEZES, Djacir Lima. *Saudação do Reitor ao Presidente Médici*, em nome do Conselho Universitário, no salão nobre da Reitoria da UFRJ, 07/09/1972. Disponível em: <http://memoria.sibi.ufrj.br/index.php/acervos/discursos/emilio-garrastazu-medici>. Acesso: 08 jan. 2023.

QUEIROZ, Andréa Cristina de Barros Queiroz. As memórias em disputa sobre a ditadura civil-militar na UFRJ: lugares de memória, sujeitos e comemorações. *Tempo*. Niterói: PPGH/UFF, v. 27 n. 1, p. 184-203, jan./abr. 2021.

SCHWARCZ, Lília Moritz; LIMA JUNIOR, Carlos; STUMPF, Lúcia Klück. *O sequestro da independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro*. Rio de Janeiro: Cia das Letras, 2022.

SILVA, Helenice Rodrigues. Rememoração, comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22, n.44, p.425-438, 2002.